

(DIFERENTES) PROJETOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E DE SUA GESTÃO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA *

Aline Bettiolo dos Santos¹

Andréia Aparecida Simão²

Alexandra Biondo Lopes Pacheco³

Em tempos hodiernos de recrudescimento da relação capital-trabalho, a área da educação é submetida a configurações de modo a responder em conformidade com as demandas do capital contemporâneo. Assim, ao considerar o tensionamento de princípios e condições, torna-se ainda mais evidente a concorrência entre diferentes projetos de educação. O recrudescimento está associado à consolidação de uma ideia-força, qual seja, consoante Dardot e Laval (2016), a da nova razão do mundo, ocorrida desde os anos 1980, quando Margaret Thatcher, Ronald Reagan e outros líderes políticos impuseram contrarreformas em seus países, iniciando por Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, reconfigurando, sob a perspectiva neoliberal, Estado, gestão e Educação.

A América Latina não saiu ilesa desse processo e, com isso, é possível afirmar que a classe dominante definiu *estratégias e prioridades* de modo a imprimir no Estado, na Educação, na gestão e até mesmo nos próprios sujeitos a lógica da nova razão. Fazem parte dessa classe os organismos internacionais, e aqui destacamos o Banco Mundial (BM) e, por conseguinte, sua influência nas políticas educacionais dos países, sem desconsiderar, entretanto, as próprias burguesias internas que também disputam hegemonia no campo educacional. No caso dos organismos internacionais, como o BM, ao prescreverem receituários para os rumos das políticas educacionais em diversas regiões do planeta, favorecem maior exploração da classe trabalhadora, de modo a corroborar o espírito do toyotismo, que, nas palavras de Souza (2017, p. 148), “[...] torna-se ampliado a esferas

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: a.bettiolo.santos@unoesc.edu.br

² Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: andreiasimao11@gmail.com

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: alexandra.bp@unoesc.edu.br

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

produtivas que não se restringem aos espaços fabris, disseminando seus princípios e seus pilares ideológicos [...] impactando diretamente nas políticas públicas [...]”.

A atuação dos organismos não se deve ao fato de que estejam interessados em ajudar a pensar em melhores condições para a Educação do ponto de vista social, mas, sim, porque estão interessados, de fato, em assegurar a formação de trabalhadores conforme demandas do mercado. Isso contribui para o fortalecimento da dimensão política do capital caracterizada, de acordo com Souza (2017), pelo controle sobre o trabalho que orienta o controle sobre a formação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo abordar o tensionamento das condições de democratização da escola e de sua gestão pós anos 1990, na perspectiva de defesa à participação da classe trabalhadora e em oposição ao poder decisório concentrado nas mãos de uma minoria, representativa da classe dominante. O procedimento metodológico consistiu de análise do documento *Priorities and Strategies for Education a World Bank Review* (1995), do BM. Está fundamentado, principalmente, em concepções de autores da tradição marxista e vincula-se a uma pesquisa maior, em andamento, em que se discutem políticas públicas de regulação por resultados e o governo democrático da educação básica.

A começar por apontamentos sobre um campo estratégico com diferentes projetos em tensão, destacamos que no *Relatório...* (1995) está presente o entendimento de que a educação contribui para o crescimento econômico e para a redução da pobreza. Por meio de uma série de estudos em diferentes regiões do planeta, – dentre elas, África Subsaariana, Ásia Oriental e o Pacífico, Europa, Ásia Central, América Latina e o Caribe, Oriente Médio, Norte da África e o Sul Asiático – o BM e sua equipe concluem que a educação é importante para o desenvolvimento e que é necessária a expansão do setor privado para melhorar o funcionamento das instituições públicas, o que não significa que a Educação Básica seja igual em cada uma das regiões. Importa ressaltar, portanto, que não é de qualquer educação que trata o projeto desse organismo.

A prioridade recai sobre a Educação Básica, o que no Brasil corresponde aos estudantes de 4 a 17 anos. Segundo dispõe a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, em seu art. 4º, inciso I, a Educação Básica obrigatória compreende o período dos 4 aos 17 anos de idade e está organizada em três etapas: educação infantil; ensino fundamental; e ensino

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

médio. Ao priorizar a Educação Básica em suas estratégias, o BM advoga que a formação mínima é suficiente para impulsionar crescimento econômico e, ainda, para reduzir a pobreza. Isso sinaliza para o interesse em assegurar uma formação mínima à classe trabalhadora, capaz de preparar os sujeitos sob os princípios de produtividade, eficiência e resultados, que a agência filia à lógica gerencial.

Tal interesse parece-nos confirmado quando o BM (1995, p. 1, tradução livre) alega que “a educação – especialmente a básica [...], mune as pessoas com as habilidades que elas precisam para participar totalmente na economia e na sociedade”. Eis que a minoria, isto é, uma classe dominante se julga apta a decidir os rumos das políticas educacionais de diversos países porque, para ela, a classe trabalhadora deve ser depositária de uma Educação Básica que esteja alinhada às exigências decorrentes desde a reestruturação produtiva nos anos 1970. A esse respeito, Souza (2017, p. 150) refere a universalização e a massificação do ensino básico “[...] enquanto estratégias de dominação de diferentes frações do empresariado sobre a classe trabalhadora [...]”.

Um segundo ponto a ressaltar é que no documento se enfatiza a expansão do setor privado como sendo o redentor dos problemas do setor público, então associado à imagem da ineficiência. À expansão articulamos o conceito de hegemonismo, conforme define Fontes (2017, p. 207): o “[...] excesso de atividade pró-hegemônica das grandes burguesias [...]”. Se o hegemonismo está implicado na definição das políticas educacionais, a autora vai além ao asseverar que esse fenômeno implica “[...] um contínuo encolhimento da democracia [...]” (FONTES, 2017, p. 207), mesmo da democracia burguesa.

Ao referido conceito também articulamos a razão neoliberal, as parcerias público-privado e a própria concepção de Qualidade Total que atravessa o projeto educativo defendido pela classe dominante, envolvendo aí o BM e as burguesias internas. Nessa qualidade em que imperam os princípios do mercado, o discurso presente no documento permite identificar o incentivo para se investir na educação, com vistas a melhorar a eficiência e ao acúmulo de capital humano. A ênfase dada ao estabelecimento de *standards* e ao monitoramento de *performances* são considerados importantes para todos os níveis de educação. O conceito de qualidade em pauta, portanto, é o de Qualidade Total, voltado aos escores e à lógica da empresa.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Assim como a qualidade para o mercado, a ideia de parcerias entre o público e o privado ganhou força com o perfil de reformas educacionais, dados a conhecer desde o final do século XX, encorajadas pelo BM (1995) como uma das mais altas prioridades. Nessa direção, Peroni (2013) assinala que, no contexto de redefinições do papel do Estado e da ofensiva neoliberal, as fronteiras entre a esfera pública e a privada se tornaram cada vez mais tênues e o setor privado passou a estabelecer de modo intensificado seus parâmetros de qualidade nas políticas públicas, o que inclui a educação. Isso leva a concluir que as parcerias constituem pontos altamente favoráveis à expansão do capital, pois, ao passo que reforçam a ideia de Estado e de escola pública falidos e convocam a ação do setor privado, também convergem para a exploração dos trabalhadores. É visto que uma minoria representativa de uma classe, na forma de empresa capitalista, de fundação ou de instituto, passa a envolver-se na definição de políticas e na sua materialização.

O engajamento do empresariado no campo educativo confirma o quanto a educação é estratégica para assegurar a conservação de um projeto de sociedade, nesse caso, projeto que se coaduna com os interesses do capital. Desse engajamento se depreende o interesse em conservar a dominação de classes, tendo como meio a organização do empresariado, o que evidencia sua força política e sua estreita conexão com o Estado. Sobre essa conexão, Fontes (2017, p. 223) explica ser “[...] evidente de que *não* se trata de um enfraquecimento ou eclipse do Estado, como foi suposto por alguns. Ao contrário, trata-se de seu enrijecimento através de uma contração das formas de participação popular [...]”. A essa contração, alinha-se à ideia de apassivamento, referida por Fontes (2010), pois a ação hegemônica burguesa somada ao processo de separação entre o econômico e o político, de que trata Wood (2003), implica em desarticulação da classe trabalhadora e em seu crescente afastamento dos processos decisórios.

Na linha das anotações de Souza (2017, p. 154), uma escola pública “[...] cuja função social [seja] a de promoção de conhecimentos historicamente acumulados, capazes de gerar emancipação política [...] não é o intuito destas frações do empresariado”, tampouco isso faz parte da lógica do capitalismo. Assim, a aposta do Capital é em uma educação que prioriza conhecimentos básicos, pois a classe trabalhadora precisa disso para ingressar no mercado e, mais ainda, o desenvolvimento de habilidades e competências conforme sua demanda, a

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

dependem do momento histórico.

A educação é estratégica para a lógica do sistema porque constitui uma das formas de internalização de ideias, valores e posturas que podem contribuir favoravelmente para a dinâmica do capital, ao longo da formação do sujeito. Afinal, nessa lógica, segundo critica Mészáros (2008, p. 44), há a preocupação em “[...] assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”, o que ajuda a justificar a importância da educação, mais ainda, das escolas como meios promotores dessa internalização. Compreendemos que a educação, sozinha, não consegue resolver os problemas sociais, até porque uma transformação social implica um projeto de sociedade e um projeto educativo correspondentes. Ademais, o próprio Mészáros sinalizava os limites da educação formal. Nas palavras do autor, “[...] tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45, grifo do autor).

O objetivo de abordar o tensionamento das condições de democratização da escola e de sua gestão na atualidade, na perspectiva de defesa à participação da classe trabalhadora e em oposição ao poder decisório concentrado nas mãos de uma minoria, representativa da classe dominante, leva-nos a algumas considerações. A primeira delas tem a ver com a compreensão de que o campo educacional está inscrito numa disputa de projetos e concepções sinalizadora das lutas de classes. Nesse sentido, o BM, em paralelo às próprias burguesias nacionais, estabelece prioridades para a formação dos trabalhadores relacionadas aos interesses em favor da manutenção da hegemonia burguesa.

Na esteira dessa manutenção, compreendemos que, em termos de condições para democratizar a escola e sua gestão, a classe dominante age para que a democracia possível seja a que não afronte a lógica do capital e, ainda assim, com base em Virgínia Fontes e Ellen Wood, a democracia burguesa vem sendo encolhida. Em contexto de expansão do setor privado, de reforço da razão neoliberal, de uma concepção de qualidade voltada ao mercado, aliados ao hegemonismo, apassivamento, desarticulação da classe trabalhadora, a educação constitui um campo estratégico para a classe dominante, enquanto uma das formas de internalização de princípios burgueses, sem que se estranhe todo esse interesse.

De outra perspectiva, no entanto, reconhecemos a educação como estratégia, no sentido de exercer algum contraponto. Nessa perspectiva, ela corrobora uma atividade de

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

contra-internalização que pode favorecer o desvelamento de lutas de classes que são ocultadas sob a lógica gerencial. Não é redentora dos problemas sociais, porém, é uma totalidade inscrita na totalidade social, com contradições, projetos distintos que concorrem para conservar ou romper hegemonia. Portanto, as condições de democratização da escola e sua gestão se incluem em diferentes projetos sob tensão.

Palavras-chave: Educação. Democratização. Gestão. Lutas de classes. Política educacional.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Priorities and strategies in education: a World Bank Review.** 1995. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099080118171/Priorities_and_Strategies_for_Ed_WB_Review.pdf. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política. Que democracia? In: MATTOS, M. B. (org.) **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 207-236.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

SOUZA, Rebeca Martins de. **A cruzada do capital pela hegemonia do chão da escola: a ideologia da qualidade da educação e a Gestão Integrada da Escola (GIDE) como mecanismos de controle do mercado.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação